



## **A guerra que não aconteceu: análise da ocupação na Rocinha pela cobertura do G1 e do Globo News<sup>1</sup>**

Dairan Mathias PAUL<sup>2</sup>  
Ada Cristina Machado da SILVEIRA<sup>3</sup>  
Isabel Padilha GUIMARÃES<sup>4</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

### **Resumo**

A ocupação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras) na favela da Rocinha, em 13 de novembro de 2011, recebeu imensa atenção por parte da mídia. Em tons cinematográficos, a ocupação decepcionou aqueles que buscavam tiroteios e mortes. Ainda assim, o acontecimento gerou uma cobertura ao vivo de mais de 13 horas no site G1 e no canal a cabo Globo News. O presente artigo busca discutir como a lógica do espetáculo se aplica neste caso, além de debater a imagem da legitimação da operação das UPPs, através do uso restrito de fontes jornalísticas, da construção do herói Beltrame e da espetacularização do fato. Para tanto, utilizaremos recortes de notícias do site G1 e vídeos do canal a cabo Globo News, com o aporte teórico de autores como Debord e Kellner.

### **Palavras-chave**

Rocinha; favela; segurança pública; espetáculo; cobertura jornalística

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 01 – Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Autor do trabalho, acadêmico do 5º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria e bolsista da FAPERGS, e-mail: dairanpaul@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora orientadora e coordenadora do grupo de pesquisa Brasil mostra tua cara: Ambivalência de fronteiras e favelas na cobertura jornalística de periferia, email: ada.machado@pq.cnpq.br

<sup>4</sup> Bolsista de estágio pós-doutoral e co-orientadora, email: isabelpadilha@yahoo.com.br



## 1. Introdução

No dia 15 de novembro de 2011, dois dias após a ocupação na favela da Rocinha pelas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras), no Rio de Janeiro, um texto da jornalista Maria Inês Nassif foi publicado em sua coluna no site Carta Maior<sup>5</sup>. Na matéria intitulada “O épico da Globo e a saga dos moradores da Rocinha”, a colunista critica a cobertura da ocupação e conclui que houve um descaso da imprensa quanto ao reconhecimento do Estado na favela, insinuando que, na cobertura da mídia, o governo prestou uma espécie de favor aos moradores da região. Maria Inês Nassif escreve sobre como a preocupação com os direitos do cidadão (de segurança, saúde, educação, entre outros) foram ignorados, colocando em primeiro plano a ocupação épica da favela por três mil homens, divididos entre Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal, além de fuzileiros navais, veículos blindados e helicópteros. Segundo o texto da jornalista, a imprensa ainda elegeu um herói (o secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame), além de coadjuvantes (os policiais) e figurantes (os moradores da Rocinha). “A entrada do poder público na Rocinha para garantia dos direitos fundamentais de seus moradores não é o espetáculo. É o reconhecimento do que lhes era devido. Não deve ser visto como a salvação, mas a volta à normalidade” (NASSIF, 2011). O presente artigo busca analisar a cobertura na ocupação da Rocinha pela Rede Globo, através de notícias postadas no site G1 e de vídeos veiculados no canal de TV a cabo Globo News.

Em ambos – G1 e Globo News -, a cobertura aconteceu em tempo real – em um *link* disponível no site<sup>6</sup> e na televisão, no canal a cabo -, totalizando pouco mais de 13 horas. Este artigo pretende discutir o tom espetacular atribuído por Nassif à cobertura, além de discutir sobre como a ocupação nas favelas foi legitimada pela imprensa. Também abordaremos a construção midiática do “herói” José Mariano Beltrame. Por fim, mostraremos contrapontos à cobertura do Globo News e do site G1. Além de Nassif, diversos outros blogs manifestaram-se quanto ao caso, ainda que sua repercussão não tenha sido tão grande. Porém, suas críticas merecem atenção para compreendermos o que significou a cobertura da Globo na ocupação.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5308](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5308)> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rocinha-e-vidigal/cobertura/>> Acesso em 17 abril 2012.

## 2. A lógica do espetáculo e do infoentretenimento

Espetáculo e televisão são duas coisas inseparáveis, é fato. A imagem é dúbia: ao mesmo tempo em que documenta, é capaz de envolver, emocionalizar e confundir. A imagem não fala por si só. Com uma voz ao fundo, entrevistas escolhidas, cenários de pavor, palavras de esperança, é capaz de construir uma estória, a partir de dados da realidade, com o enredo de uma novela, ou de um filme. Tirar lágrimas ou convencer o público que, acreditando seriamente estar diante de uma realidade pura, vê-se na desgraça total ou chega à redenção (NASSIF, 2011).

O “espetáculo” mencionado por Nassif tornou-se termo corriqueiro quando se critica a mídia por seus exageros melodramáticos. Popularizado a partir do livro *A Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord, a palavra carrega um forte significado. O autor francês concebe esta sociedade como uma nova visão de mundo, que vê o espetáculo a partir de uma relação social mediada por imagens: “quanto mais ele contempla (seu objeto), menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo” (DEBORD, 1997, p. 24). Natural, portanto, que o espectador não se sinta em casa em lugar algum: o espetáculo está em toda a parte.

A lógica do espetáculo se constitui por representar uma parte do mundo e concebê-la como superior ao restante. Debord denomina isso como uma “alienação recíproca”, em que a realidade se faz representada no espetáculo e, por isso, torna-o real. “Ele escapa à atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do diálogo. Sempre que haja *representação* independente, o espetáculo se reconstitui” (DEBORD, p. 18). No entanto, apesar de o autor citar constantemente o uso de imagens, não devemos entender o espetáculo como sendo apenas um exagero destas. Ainda que ele se utilize principalmente da visão, o espetáculo passa por relações sociais e materiais e está intrinsecamente ligado ao consumo. Sua finalidade é ele próprio: um mundo de mercadorias. O estágio espetacular da sociedade seria o momento em que o processo de acumulação capitalista avança sobre nossas vidas, organizando-as para o consumo (PORTELA JÚNIOR, 2009).

Podemos dizer, portanto, que o espetáculo se torna um princípio que organiza economia, política, sociedade e nossa vida cotidiana. Ele também está presente na internet, como meio de divulgação, reprodução, circulação e venda de mercadorias.



Douglas Kellner cita a cultura da mídia como promotora de espetáculos cada vez mais sofisticados tecnologicamente, visando atender ao consumidor insatisfeito. O mesmo autor ainda cita o infoentretenimento, ou seja, a invasão das formas de entretenimento nas notícias.

“Novas multimídias [...] e o crescimento repentino do domínio do ciberespaço se tornam espetáculos de tecnocultura, gerando múltiplos sites de informação e entretenimento, ao mesmo tempo em que intensificam a forma-espetáculo da cultura da mídia” (KELLNER, 2003, p. 5).

Nossa condição contemporânea é a plenitude icônica (GITLIN, 2006). As mais diversas áreas da cultura - filme, televisão, música, drama - também produzem suas formas de culturas espetaculares, assim como o ciberespaço. Sob a influência de uma cultura imagética multimídia, os espetáculos facilmente seduzem, levando a sociedade de consumo a novas formas de entretenimento. “Crescer nessa cultura é crescer na expectativa de que imagens e sons estarão à nossa disposição e que as histórias que compõem serão mediadas por mais histórias” (GITLIN, p. 25). Kellner, no entanto, alerta que, no infoentretenimento, o entretenimento já não é mais o principal campo do espetáculo. Assim como Debord, o autor nos diz que o domínio econômico e político também incorporaram a cultura do espetáculo a seus empreendimentos.

Basta pensarmos em casos sensacionalistas de assassinatos, bombardeios terroristas, escândalos sexuais envolvendo celebridades e políticos, assim como a crescente violência da atualidade. “A cultura da mídia não aborda apenas os grandes momentos da vida comum, mas proporciona também material ainda mais farto para as fantasias e sonhos, modelando o pensamento, o comportamento e as identidades” (KELLNER, p. 5).

A partir desta percepção, podemos começar a entender um pouco da espetacularização feita sobre a ocupação na Rocinha. Também já podemos inferir que sua evidência na cobertura midiática se dá por ser próxima a uma zona nobre no Rio de Janeiro (Zona Sul). A escolha de pautas dos veículos editoriais, na maioria dos casos, privilegia a cobertura destes bairros nobres, onde estão concentrados seus leitores (RAMOS; PAIVA, 2007). Em entrevista para o livro “Mídia e Violência”, o diretor de um grande jornal, que não se identificou, brinca: “olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha o jornal dá a maior importância do mundo” (RAMOS; PAIVA, p. 79). Estes princípios estão



inseridos na disputa pela audiência. Portanto, a busca pelo sensacional parece ser o caminho escolhido para angariar cada vez mais leitores e telespectadores.

### 3. O caso da ocupação na Rocinha

Treze de novembro de 2012. A Rocinha, considerada a maior favela da América Latina, torna-se o 19<sup>a</sup> território a ser ocupada pelas UPPs. Com 69,3 mil moradores, ela está localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, área nobre da cidade. Na operação, as UPPs – segundo seu site, “um novo modelo de Segurança Pública” que busca a “aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades”<sup>7</sup>-, foram instaladas também nas favelas do Vidigal e da Chácara do Céu, em uma operação com cerca de 3.000 homens, contando com sete helicópteros, dezoito blindados da Marinha e outros sete da Polícia Militar<sup>8</sup>. Apesar do imenso aparato bélico, a operação foi denominada Choque de Paz.

As ocupações das UPPs são divulgadas previamente à imprensa. Dessa forma, o espetáculo já estava marcado desde o começo do mês de novembro, possibilitando uma intensa cobertura midiática.

No que antecede a ocupação, observamos, no site G1, notícias que mostram o amedrontamento da população, em manchetes como “Com medo de tiroteio, vans vão parar na Rocinha neste domingo”<sup>9</sup> e “Moradora teme invasão de casa por traficantes em operação na Rocinha”<sup>10</sup>. Esta última trata de pessoas que moram na Rocinha e chegaram ao ponto de ir a mercados para estocar comida no dia em que as UPPs ocupariam na favela. São poucas as notícias que tratam da operação de forma esperançosa ou, ao menos, que não instaurem medo e terror. Um exemplo é a manchete “Com UPP na Rocinha, moradora espera que amigos voltem a visitá-la”.<sup>11</sup> Na notícia, uma senhora afirma que, com a entrada dos policiais na favela, tudo melhorará para os moradores.

Porém, apesar de termos alguma positividade em certas matérias, o que prevalece é o espetacular, o sensacional. Às vésperas da operação, o G1 noticia: “Tudo pronto para a

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[http://upprj.com/wp/?page\\_id=20](http://upprj.com/wp/?page_id=20)> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1005931-sem-confronto-favela-da-rocinha-e-ocupada-para-instalacao-de-upp.shtml>> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/com-medo-de-tiroteio-vans-vaio-parar-na-rocinha-neste-domingo.html>> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/moradora-teme-invasao-de-casa-por-trafficantes-em-operacao-na-rocinha.html>> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/com-upp-na-rocinha-moradora-espera-que-amigos-voltem-visita-la.html>> Acesso em 17 abril 2012.



megaoperação de ocupação da Rocinha”.<sup>12</sup> Mas o que legitimou essa operação? E o que justifica tamanha grandeza na cobertura do caso? A seguir, discutiremos estes pontos.

### 3.1. Força bélica como única solução

Quanto o traficante Nem, considerado o chefe do tráfico na Rocinha, foi preso dois dias antes da operação, o secretário Beltrame declarou que sua captura não poderia ser considerada um “troféu de guerra”<sup>13</sup>. Às vésperas da ocupação, em entrevista ao G1, o comandante da Marinha na operação, capitão Yerson de Oliveira Neto, declara: “estamos preparados para o combate, a guerra. Achamos que pode acontecer o pior”.<sup>14</sup> Nestas duas falas, vemos a utilização da palavra “guerra” relacionada com a ocupação da Rocinha. De certa forma, podemos entender esta atribuição como um receio de que se repetisse o que aconteceu no Complexo do Alemão<sup>15</sup>, em 2010. Mas, o que também não podemos deixar de notar, é a disseminação do medo que se dá a partir da utilização da palavra, criando um clima tenso para a operação. Sobre a cultura do medo, o sociólogo Luiz Eduardo Soares escreve:

Chamo cultura do medo a tendência a homogeneizar as observações relativas a fenômenos associados à violência. É a tendência que se impõe hoje, no Rio de Janeiro, de associar todos os fenômenos que podemos qualificar, de alguma forma, como violentos a um mesmo e único processo, cuja matriz, simbolicamente compartilhada, seria a decadência da cidade (1995, p. 17).

Essa matriz comum ignora a pluralidade de problemas da cidade, colocando um padrão uniforme para cada episódio de violência que acontece no Rio. A dita entrada do Estado na favela, discurso exaustivamente repetido pela mídia, foi legitimada pelo medo da classe média.

A guerra e o medo que ela acarreta por consequência, acabam contribuindo para uma “sensação generalizada de permissividade a certos métodos e meios usados pela força armada” (CHARLEUAUX apud RAMOS; PAIVA, p. 57). Um território inimigo é criado e este, portanto, deve ser atacado ou ocupado. O tráfico só poderia ser combatido com mais violência: a solução bélica é vista como a única solução do caso. Charleuax

<sup>12</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/tudo-pronto-para-a-megaoperacao-de-ocupacao-da-rocinha.html>> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>13</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/prisao-de-nem-e-trofeu-de-guerra-diz-beltrame.html>> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>14</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/marinha-levara-194-homens-e-18-blindados-para-operacao-na-rocinha.html>> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>15</sup> O Complexo do Alemão foi ocupado no dia 28 de novembro de 2010, em uma noite marcada por tiroteios. Desde então, a região sofre sérios problemas com a relação entre militares e moradores, sendo comum ouvir dos últimos uma série de abusos e intimidações por parte dos policiais.



ainda distingue que, em situações de violência urbana, a polícia mata apenas em últimos recursos. Já em um conflito armado, o direito à vida é relativo. E a mídia, ao enfatizar estes conflitos na cobertura dos espaços populares, valoriza as soluções bélicas para o problema da segurança. Políticas de redução da desigualdade, criação de empregos e educação são assuntos ignorados. Soluções para favelas são discutidas no sentido de isolá-las ou neutralizá-las; raramente elas são debatidas no sentido de integrá-las às grandes cidades. “Tendo em vista que se constrói a ideia de que favela é o caos e a sujeira, a ordem e a limpeza só podem ser conseguidas através da eliminação” (BUDÓ, 2008, p. 13). São as ditas operações de limpeza, ou seja, quando policiais adentram as favelas para higienizá-las e retirar as pessoas que constituem a sujeira (MALAGUITIBATISTA apud BUDÓ).

Ironicamente, por mais que a ocupação da Rocinha ganhe ares de guerra – o que, posteriormente, verificaremos que ela de fato não foi –, todas as características citadas até então, que a legitimaram, são comuns a outros conflitos armados históricos.

Em 1990, após a invasão do Kuwait pelo Iraque, uma intervenção armada começou a ser criada pelo governo norte-americano. A propaganda para a solução militar logo veio, criando um consenso para a situação, “no que a grande mídia agiu como cúmplice dócil,” (KELLNER, 2001, p. 256). A imprensa transformou-se em um canal de mobilização para o apoio da ação norte-americana: reportagens e discussões na TV privilegiavam, sobretudo, a solução militar para a crise, servindo de propaganda para o aparato militar americano.

Para Budó, quando se espetaculariza um crime, as medidas que irão combatê-lo também devem ser espetaculares. A intensa exposição da violência individual também oculta a violência estrutural, na base do problema. Portanto, a solução bélica é vista como imediata e fácil.

Ainda que no caso da Rocinha a guerra tenha sido um exagero midiático, como veremos mais adiante, sem troca alguma de tiros, vale o questionamento sobre a intervenção militar e o excesso de aparato de guerra na favela. A mídia, ao tratar do tema como um conflito, torna passível a ocupação e naturaliza esta intervenção como a única solução existente.

### **3.2. Fontes excluídas e a construção do herói Beltrame**



Durante a invasão dos norte-americanos ao Kuwait, poucas vozes contrárias à ação eram ouvidas na grande mídia.

“Na verdade, foram muitas as vozes discordantes simplesmente excluídas da grande mídia, impossibilitando um debate sério sobre a reação apropriada dos americanos à invasão do Kuwait pelo Iraque. Mas a grande mídia só se baseava num número limitadíssimo de opiniões e privilegiava sempre os mesmos altos funcionários do governo e os principais líderes do Partido Democrata, alijando pontos de vista importantes dos debates e contribuindo para a crise da democracia, que é agora um aspecto fundamental da vida política nos Estados Unidos”. (KELLNER, p. 264)

A falta de especialistas que discutissem o tema no período anterior da ocupação contribuiu para a sua legitimação. Em texto publicado na Agência de Notícias das Favelas<sup>16</sup>, a professora e advogada Roberta Duboc Pedrinha faz críticas à ocupação, comparando a intenção pacífica da operação Choque de Paz com a guerra ao Iraque, de Bush, que era feita em nome da paz mundial. Além disso, a advogada frisa um pano de fundo político:

“As mega-operações revelam-se como uma prática cotidiana, que já viraram rotina, do governo reeleito, que confunde flagrantes questões atinentes à Segurança Urbana com questões de Segurança Nacional, pela intervenção inconstitucional das Forças Armadas no Estado do Rio de Janeiro” (PEDRINHA, 2011).

Por fim, ela atribui interesses políticos eleitoreiros à imprensa do espetáculo, citando também a difusão do medo.

Esta Operação consiste em um show particular do Governo do Estado. O estratégico é a fomentação do medo na população, a qual apavorada clama por políticas repressivas. Para acalmar o alarmismo produzido nada melhor do que aparecer com as pseudo-soluções rápidas, emergenciais, ostentatórias militarmente. Afinal, isso lhe renderá votos... (PEDRINHA).

O texto obteve uma significativa divulgação em blogs críticos, mas não passou pela imprensa hegemônica.

---

<sup>16</sup> Disponível em <http://www.anf.org.br/2011/11/operacao-%E2%80%9Cchoque-de-paz%E2%80%9D-na-rocinha-o-sensacionalismo-carro-com-a-invencao-de-uma-guerra/>. Acesso em 19 abril 2012.





Nilo Batista, advogado e jurista, também é outro crítico à ocupação da Rocinha. Em uma entrevista ao jornal A Nova Democracia<sup>17</sup>, Batista (2011) comenta que as UPPs são iniciativas inconstitucionais, e que as restrições a que passam os moradores das favelas só seriam possíveis em estado de sítio ou de defesa, consultando o conselho da república, o conselho da defesa e o conselho nacional. “Isso é polícia de conflito. É completamente irracional a segurança pública ser o eixo das outras políticas públicas”, diz o advogado. Batista ainda relaciona a criação das UPPs com a Copa do Mundo e as Olimpíadas que irão acontecer no Brasil, ao afirmar que a mídia apoia as Unidades por ter um contrato de publicidade e patrocínio com os eventos esportivos.

O site Consciência.net reproduziu falas do sociólogo Luiz Eduardo Soares no Twitter<sup>18</sup>, antes da ocupação: “Não haverá confronto na Rocinha. Aparato de guerra é absurdo. Efeito especial para show midiático-político. Soldados escorregarão no óleo e só. Preparem-se para imagens de guerra sem guerra”. Antes da ocupação, o sociólogo já havia chamado a cobertura de patética, dizendo ser óbvio que não teria confronto e afirmando que o medo da classe média virou moeda política. “Essa ridícula espetacularização acende o medo da classe média, aumenta audiência, garante votos e desloca o foco da aliança policiais-crime”. Para Luiz Eduardo Soares, não há guerra, mas política.

Outro fator que contribui para a legitimação da entrada da polícia nas favelas é a ascensão de José Mariano Beltrame, secretário de Segurança do Rio, a herói. Evidente na mídia durante os meses que precederam a ocupação na Rocinha, Beltrame manteve uma imagem positiva e acabou como um líder natural na dita “entrada da paz” nas favelas.

É comum que, em entrevistas com Beltrame, a mídia enalteça as UPPs como operações bem-sucedidas (OLIVEIRA, 2011) ou enxergue no secretário um dos nomes mais temidos pela bandidagem do Rio de Janeiro<sup>19</sup>. Na edição de dezembro de 2011 da revista Alfa, após a ocupação na Rocinha, Beltrame aparece na capa da publicação. Nas páginas internas, sua matéria possui o título de “O xerife”, com o seguinte subtítulo: “o secretário de segurança José Mariano Beltrame é uma espécie de anti-capitão Nascimento: sem dar porrada, virou uma esperança na luta contra os bandidos (...)”.

---

<sup>17</sup> Disponível em <<http://www.anovademocracia.com.br/no-84/3788-entrevista-nilo-batista-qmilitarizacao-de-favelas-e-estado-de-sitio-inconstitucionalq>> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>18</sup> Disponível em <<http://www.consciencia.net/mais-uma-batalha-de-itarare/>> Acesso em 17 abril 2012.

<sup>19</sup> Assim que o secretário foi referido em uma entrevista concedida ao programa Roda Viva, em 2011. Disponível em <http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/jose-mariano-beltrame-roda-viva-28-11-2011-bloco-1> Acesso em 17 abril 2012.



O êxito de Beltrame como secretário também é associado a eleições em cargos políticos maiores. O secretário refuta os questionamentos sobre concorrer a governador do Rio, afirmando não ter a flexibilidade que a política exige. Cláudio Beato (apud RAMOS; PAIVA) escreve que a superexposição dos cargos de profissionais de segurança facilmente os leva a sólidas posições na política nacional. “A visibilidade é alcançada dizendo-se justamente aquilo que muitos diretores de redação querem ouvir para organizar suas edições” (BEATO, 2007). Essa constante exposição a profissionais que se destacam na repressão da criminalidade, muitas vezes os tornam candidatos de forte expressão nas eleições. As leis penais, conforme explica Zaffaroni (apud BUDÓ), são um dos meios preferidos do Estado-espetáculo e de seus operadores *showmen*, em razão de serem baratas – não há a necessidade de se gastar dinheiro para resolver problemas estruturais mais complexos -, de fácil propaganda – em uma sociedade insegura, a repressão torna-se uma arma bem aceita - e fáceis de enganar a opinião pública sobre sua eficácia.

A veiculação da imagem de líder e até mesmo de xerife, como na reportagem da revista Alfa, certamente contribui para legitimar ainda mais a operação das UPPs. Independentemente de haver interesses de voto por trás das operações, como alerta o texto de Roberta, fato é que a constante exposição de uma imagem positiva de Beltrame pode impedir a reflexão crítica acerca do trabalho do secretário e legitimar suas ações.

### **3.3 A guerra que não aconteceu: uma narrativa de imagens**

Pouco mais de treze horas de cobertura em vídeo e uma decepção: não houve guerra. No site do G1, a cobertura em tempo real iniciou às 03:17h, terminando apenas às 16:21h. A ocupação da Rocinha tornou-se um verdadeiro infoentretenimento, como explica Kellner: a informação mesclada com o entretenimento no ciberespaço. O poder da imagem no vídeo, aliado a uma clara trama narrativa – o herói Beltrame levando a paz à Rocinha -, gera o consumo desenfreado que a lógica do espetáculo visa.

Kehl e Bucci (apud SILVA) afirmam que a televisão substituiu o espaço público pelo espaço virtual do espetáculo, e o seu destino é o entretenimento das massas. Nada o obriga a ser fiel à realidade social, embora a eficiência da ficção dependa de sua capacidade de incluir elementos da vida social em um universo imaginário. Já Bourdieu (apud SILVA) explica que os produtos televisivos seduzem, fascinam e absorvem não



só por seus conteúdos, mas também por sua estrutura, que convida à dramaticidade, exagerando a importância de acontecimentos.

O drama também é citado por Raymond Williams (apud GITLIN), que afirma que a televisão não é apenas imagens, mas fluxos, e não apenas fluxos, mas drama em cima de drama.

“Jamais, como sociedade, atuamos tanto ou assistimos a tantos atuarem. (...) o que é realmente novo (...) é que o drama (...) é embutido nos ritmos da vida cotidiana. Em períodos anteriores, o drama era importante numa festa, numa temporada ou como ida consciente a um teatro; desde honrar Dioniso e Cristo a assistir a um espetáculo. O que temos hoje é drama como experiência habitual: em muitos casos, em quantidade maior numa semana do que a maioria dos seres humanos de antigamente poderia ver durante a vida toda” (WILLIAMS, 2006, p. 26).

Dessa forma, podemos entender que o próprio espetáculo também é uma legitimação da ocupação na Rocinha – o drama, a narrativa, o poder das imagens. Gitlin escreve que se a vida política quiser competir com o entretenimento pela escassa atenção, ela terá de produzir suas narrativas, seus melodramas e seus escândalos.

O que se observa na ocupação da Rocinha é que a operação tomou ares cinematográficos antes mesmo de acontecer - o aparato militar, o número de policiais, a missão de levar paz. Na prática, a cobertura foi um tanto quanto tediosa, ao menos para uma imprensa que se preparou para mais de 13 horas de cobertura em tempo real. De fato, não houve troca de tiros, para a decepção da mídia que preparou uma cobertura em tempo real de mais de treze horas. Até mesmo os blindados viraram personagens na trama: podemos conhecê-los por dentro e acompanhar notícias de moradores estupefatos tirando fotos dos veículos.

No ponto máximo da narrativa, bandeiras do Brasil e do Rio de Janeiro são hasteadas na Rocinha – ainda que o seu horário de hasteamento tenha sido contestado por CartaCapital<sup>20</sup>. A bandeira representa o símbolo máximo da nação. Hasteá-la em um ponto alto significa o domínio do território, a sensação de vitória. É a imagem estimulando sensações no espectador, mas não exigindo dele compromisso algum. Esta corrida de imagens liga-se à disseminação da aceleração, do mesmo modo como ocorre

---

<sup>20</sup> Segundo CartaCapital, a demora no hasteamento da bandeira deu-se por conta da transmissão da Fórmula 1, pela Rede Globo. A bandeira só foi hasteada quando a corrida terminou, para que a emissora pudesse transmitir ao vivo para todo o país. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-gente-se-ve-por-aqui/>> Acesso em 17 abril 2012.



em uma cobertura ao vivo. Para Gitlin, a cultura da rapidez – oriunda de uma sociedade rápida, que produz pessoas rápidas – é, antes de tudo, uma cultura de mercado.

#### **04. Conclusão: a mídia como ator político**

O último exemplo, do hasteamento da bandeira, deixa claro a busca da imprensa pelo sensacional e pela audiência. A própria mídia transformou-se em um ator político, interferindo diretamente em seus processos (LIMA, 2007).<sup>21</sup> É notório, também, o papel decisivo que a imprensa possui em casos de violência. Conforme escreve o jornalista André Luiz Azevedo, o jornalismo sempre teve o papel de deflagrar processos e descobrir informações. No entanto, no Brasil, ele é ainda mais valorizado, devido à falha dos outros sistemas. “Como a polícia não funciona e só investiga o que realmente tem repercussão, a imprensa acaba funcionando como polícia às vezes” (AZEVEDO apud RAMOS; SILVA, p. 22).

No caso da Rocinha, a legalidade da intervenção militar sequer foi questionada pela grande mídia. O caso em si não foi discutido. Privilegiaram-se os números exuberantes do aparato militar, construindo uma narrativa que ganhou a atenção do público e constituiu uma audiência satisfatória. Pode-se atribuir a problemática à falta de especialização na área. Dificilmente temos profissionais especialistas em criminalidade e segurança pública, assim como temos em editorias de Economia e Política, por exemplo. A falta de qualificação acarreta uma cobertura pobre, além de uma excessiva dependência da polícia como fonte principal nas matérias.

Para o jornalista Fernando Molica (apud RAMOS; SILVA), o desespero com a violência e o crescente número de ações criminosas impede um debate mais equilibrado sobre o tema. É comum que jornais creditem a morte de um chefe de comércio de drogas ao término dos problemas de uma favela. Espectadores são convencidos de que os indivíduos são mais importantes do que as forças sociais para explicar por que as pessoas são pobres ou por que elas dependem de seguro-desemprego, por exemplo (GITLIN). No caso da Rocinha, a entrada das UPPs na região foi tratada como a solução definitiva do caso: a paz chegou para seus moradores. Conforme escreve Maria

---

<sup>21</sup> Venício Ade Lima comenta outro caso em que a Rede Globo interferiu em um processo político em busca de audiência. Durante o primeiro e segundo turnos das eleições municipais de São Paulo, em 2004, a emissora suspendeu a exibição do horário eleitoral na televisão, a fim de transmitir o treino do Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 e garantir seus interesses próprios e de seus patrocinadores. O artigo completo está disponível em [http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id\\_sessao=50&id\\_publicacao=201&id\\_indice=1725](http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=201&id_indice=1725). Acesso em 17 abril 2012.



Inês Nassif, a televisão esqueceu de contar a história de pessoas que tiveram a violência incorporada em sua rotina, conviveram com drogas e viram seus filhos serem vitimados pela violência antes de serem adultos.

Mas, em face de violência, doença, desigualdade, opressão, envenenamento e outras aflições globais evitáveis, faz sentido preocupar-se com o custo público da liberalidade das mídias, temer que ela nos distraia das obrigações cívicas, induza complacência e anestesia e trabalhe para o bem dos oligarcas. Questões relacionadas brotam: as mídias se autocorrigem? Nos interstícios entre entretenimentos, estimulam sentimentos construtivos, afinidades e impulsos úteis por reparações ou apenas públicos fugidios e estilos novos de sentimento descartável? (GITLIN, p. 163).

Banhar-se em sons e imagens não representa apenas uma forma de distração, quando estas se relacionam com aspectos políticos e ocultam problemas enraizados na sociedade. Dessa forma, entendemos que atentar para o imenso contingente militar que ocupou a Rocinha traz o risco de ignorar o questionamento: por que a polícia militar está ali? Qual é a finalidade dessa ocupação? Ignorar fontes contrárias à ocupação apenas ajuda a alimentar o estado amorfo do espectador. A cobertura dualística bem versus mal simplifica um problema mais complexo relacionado a uma vida superexposta por imagens. O novo tipo de experiência humana caracteriza-se pela dificuldade em separar ficção de realidade (BAHIA, 2005) o que pode naturalizar a crença do espectador de que tudo o que ele assiste no noticiário é verdade. No entanto, a cobertura jornalística da ocupação da Rocinha foi marcada por uma narrativa com tons ficcionais, apesar do fato ser real – e, com a mesma velocidade com que foi noticiada, logo deve ser esquecida, para que nos sirvamos de um novo espetáculo midiático.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUDÓ, Marília de Nardin. **O espetáculo do crime no jornal: da construção social da criminalidade à relegitimação do sistema penal**. In: Congresso Latino-americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, 2008, Florianópolis. Anais do Congresso Latino-americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico. Florianópolis: Dom Quixote, 2008.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GITLIN, Todd. **Mídias Sem Limite**: como a torrente de imagens e sons dominam nossas vidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia e o Triunfo do Espetáculo. **Revista Líbero**, São Paulo, vol. 6, n. 11, 2003.

LIMA, Venício Ade. **Revisitando sete teses sobre mídia e política no Brasil**. Coleção Princípios, São Paulo, n. 91, ago./set. 2007. Disponível em: <[http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id\\_sessao=50&id\\_publicacao=201&id\\_indice=1725](http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=201&id_indice=1725)> Acesso em 17 abril 2012.

PORTELA JÚNIOR, Aristeu. Para Compreender a Sociedade Espetacularizada: revisitando o pensamento de Guy Debord. **Revista Anagrama**, São Paulo, n. 3, mar./maio 2009.

OLIVEIRA, Rosane de. **Beltrame e o compromisso com a segurança**. 2011. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/rosanedeoliveira/2011/11/15/beltrame-e-o-compromisso-com-a-seguranca/>> Acesso em: 15 dezembro. 2011.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SILVA, Kátia Cristina dos Reis. **A espetacularização da notícia: o caso Isabella Nardoni no Fantástico**. Juiz de Fora: [s.n], 2008. 70 p. il, color. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Faculdade de Ciências Humanas e Exatas, Universidade Presidente Antônio Carlos, Juiz de Fora, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. Criminalidade e Violência: Rio de Janeiro, São Paulo e perspectivas internacionais. **Comunicação & política**, Rio de Janeiro, v. 1., n. 2, p. 15 – 34, dez. 1994/mar. 1995.

VILARDAGA, Vicente. O Xerife. **ALFA**, São Paulo, n. 16, p. 78-83, dez. 2011.